

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

INADIMPLEMENTO — ART. 585/CPC - HIPOTECA - BEM IMÓVEL

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DAª VARA DA COMARCA DE, (qualificação), pessoa jurídica de direito privado, com sede em, inscrito no CGC/MF sob nº, neste ato representado por seu bastante procurador judicial infra-assinado, com escritório profissional na Rua nº, fone, onde recebe intimações e notificações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência nos termos do artigo 585, inciso III, artigo 655, parágrafo 2º e seguintes do CPC, requerer a presente: EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA contra e sua mulher, (qualificação), portadores das cédulas de identidades nº e, respectivamente, ambos inscritos no CPF/MF sob nº, residentes e domiciliados em, na Rua, pelas razões de fato e de direito que passa a expor: Em data de de de, os Executados contraíram uma dívida com a Exeqüente, no valor de R\$, representada por notas promissórias, no valor de R\$ as primeiras e R\$ as últimas, vencendo-se a primeira no dia de de e a última no dia de de, sendo vencimentos mensais e consecutivos. Nesta mesma data, através de Escritura Pública de Mútuo com Garantia Hipotecária vinculada às Notas Promissórias, retro mencionadas, escritura esta, lavrada às fls. do livro nº do Tabelionato de Notas de, devidamente registrada sob o nº da Ficha Matrícula nº da Circunscrição Imobiliária de, onde os Executados ofereceram ao Exeqüente em primeira, única e especial hipoteca, como garantia do cumprimento de pagamento da dívida, o seguinte imóvel: "Lote da quadra da Planta, no bairro, nesta Capital, sem benfeitorias, com m de frente para a Rua, tendo da frente aos fundos, no lado direito de quem da Rua olha, m onde confronta com o lote, no lado esquerdo com m onde confronta com o lote e na linha de fundos, com m onde confronta com o lote, com área de m². Indicação fiscal municipal" Imóvel havido na forma do da Matrícula nº do Cartório da Circunscrição Imobiliária de Os Executados não efetuaram qualquer pagamento das parcelas da dívida contraída, para tanto em de de foram notificados através do Cartório de Títulos e Documentos Ofício de Desta forma, ficaram os Executados constituídos em mora. Com a falta do pagamento, estão agora os Executados sujeitos a presente ação de Execução de Hipoteca. O débito total dos Executados nesta data é de R\$, conforme demonstrativo que se exhibe, em atenção às disposições do artigo 614, inciso II, do C.P.C. DATA PRINCIPAL COR. MON JUROS TOTAL R\$
..... R\$ R\$ R\$ R\$ R\$
Ante o exposto, vem a Exeqüente propor a presente Ação de Execução Hipotecária, requer digno-se Vossa Excelência determinar a citação dos Executados, para que no prazo de horas, satisfaçam sua obrigação, acrescida de juros de mora, correção e atualização monetária, custas processuais, diligências judiciais, honorários de advogado na base de% sobre o valor da ação, corrigidos, e nas demais cominações legais. Assim não o fazendo, se proceda a penhora do bem objeto da garantia hipotecária já anteriormente devidamente descrito (art. 655, parág. 2º do C.P.C.), cujo ato deverá ser registrado na Circunscrição Imobiliária de, requerendo ainda o benefício do artigo 172, parág. 2º do C.P.C. Realizada a penhora requer sejam intimados os executados para, querendo, embargar a execução, no prazo legal, sob pena de revelia, prosseguindo a execução em todos os seus termos até final, com a realização do pagamento do crédito do exeqüente. Protesta por derradeiro, provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidas, tais como pericial, documental e testemunhal. Dá-se à presente causa, para efeitos fiscais e de alçada, o valor de R\$ Nestes termos, Pede deferimento., de de Advogado